

**Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2016 na área da
Administração e Justiça
Chan Hoi Fan,
Secretária para a Administração e Justiça**

*23 de Novembro de 2015 (Segunda-feira), pelas 15 horas,
na sala do Plenário da Assembleia Legislativa*

Exmo. Sr. Presidente Ho,

Senhores Deputados,

Boa tarde!

O ano de 2015 é o primeiro ano do novo Governo da RAEM, e é um ano para criar uma sólida base para o futuro. A área da Administração e Justiça irá seguir as orientações globais do Chefe do Executivo para o desenvolvimento de Macau de acordo com as linhas de acção governativa, persistindo no princípio “ter por base a população” e “tomar as decisões políticas baseada em critérios científicos”, conjugado com a valorização do posicionamento de Macau como centro mundial de turismo e de lazer e plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, bem como para concretizar o objectivo da boa governação, aplicando os requisitos essenciais de uma boa administração pública, com planeamento das medidas de reforma globais sistemáticas para a estrutura administrativa, do funcionamento orgânico interno, da gestão do pessoal, da

coordenação legislativa e o procedimento administrativo, elaborados que estão o planeamento global, as estratégias a adoptar e o calendário dos trabalhos. Para além disso, foram já planeados os regimes básicos nos aspectos principais, tendo sido desenvolvida uma série de trabalhos nos aspectos da reestruturação administrativa, do ajustamento das competências dos serviços governamentais, da elevação do nível do serviço público, do aperfeiçoamento do sistema jurídico e do reforço do serviço à vida da população.

A seguir, apresento aos deputados, um a um, os trabalhos a que nos propomos.

No domínio da Administração Pública

1. Seguindo o objectivo principal de “racionalização de quadros e simplificação administrativa”, foi elaborado um plano de reorganização das funções e da estrutura dos serviços. numa primeira fase: a reorganização das funções de 15 serviços públicos em 2 anos e 6 desses serviços públicos serão extintos. Com o objectivo de otimizar as funções dos organismos consultivos, foi feita uma revisão geral das funções dos 46 organismos consultivos existentes e apresentadas sugestões para o aperfeiçoamento dos organismos das diversas áreas políticas.

2. Um grupo de estudo foi criado com vista à realização dos estudos sobre as competências, atribuições e composição dos órgãos municipais sem poder político, e as formas de escolha dos seus membros, em observância das disposições da Lei Básica sobre a matéria.
3. Para promover cabalmente o desenvolvimento do Governo Electrónico na RAEM, foi elaborado o Documento de Consulta sobre o Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM2015-2019, orientado para a prestação de serviços e apoio, e que tem como objectivo satisfazer as necessidades dos serviços públicos, dos seus trabalhadores e dos cidadãos, bem como desenvolver as respectivas plataformas electrónicas para promover a colaboração inter-serviços, a informatização dos serviços públicos e a simplificação dos procedimentos administrativos, com vista a alcançar o objectivo de elevar a eficiência dos trabalhos do Governo.
4. Na promoção da reforma do regime da função pública, concluiu-se em 2015 a consulta sobre a revisão dos “regimes de recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos”, e a avaliação geral das 20 carreiras especiais. Foi também concluído o estudo preliminar sobre o “regime de actualização das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública por escalas salariais”.

5. Para elevar a qualidade da equipa dos trabalhadores da Administração Pública e reforçar a sua capacidade de governar segundo a lei, foram introduzidas várias alterações nas acções de formação: aprofundar os projectos de formação sobre a realidade do Estado, com reforço dos conhecimentos dos trabalhadores da Administração Pública sobre o sistema político e o desenvolvimento social do Estado, tendo sido incluído nos cursos de formação os aspectos da política estatal “Uma Faixa e Uma Rota”; reformulou-se todo o enquadramento e conteúdo da formação sobre conhecimentos jurídicos, alargámos os destinatários dos programas de estudo de formação aos funcionários públicos de nível médio sobre a Lei Básica. Para além disso, foram organizados diversos cursos de formação de língua portuguesa, a fim de aumentar o nível de conhecimento da língua portuguesa dos trabalhadores da Administração Pública.

6. Aperfeiçou-se o regime de avaliação do desempenho, com introdução de uma terceira entidade científica para aferir a qualidade dos serviços prestados por três serviços públicos e com vista a estudar a forma de utilizar as informações obtidas através da avaliação do desempenho como fundamento de referência na apreciação do desempenho do pessoal de direcção. Desenvolveram-se simultaneamente os trabalhos relativos ao Indicador para Avaliação da Qualidade de Serviços Públicos e um mecanismo de avaliação.

7. Na construção da rede de comunicação diversificada, foi concluído um estudo sobre a criação de um mecanismo de comunicação e diálogo multifacetado; através dos novos meios de comunicação, criando páginas electrónicas e contas no *WeChat*, bem como a presença dos membros do Governo a diversos níveis nos programas da rádio e da televisão, no sentido de promover uma interacção positiva entre o Governo e a sociedade.

8. Foram reforçados os apoios humanitários aos trabalhadores da Administração Pública, e três novas medidas de apoio financeiro foram lançadas em 2015. Ao mesmo tempo, a criação de um “Mecanismo de tratamento das queixas apresentadas pelos trabalhadores dos serviços públicos” está a seguir o processo de consulta interna, e será elaborado o respectivo projecto legislativo.

No domínio da Justiça

1. O Governo definiu um plano concreto sobre o objectivo das políticas e as respectivas medidas de construção e melhoria do mecanismo de coordenação centralizada de produção legislativa, devendo os projectos legislativos serem desenvolvidos conforme as “Orientações sobre os circuitos operacionais internos relativos ao mecanismo de coordenação centralizada da produção legislativa”, com vista a assegurar a uniformização e a coerência das políticas e técnicas legislativas.

2. Para acelerar o impulso dos trabalhos de recensão e adaptação da legislação previamente vigente, os serviços da área da justiça e a Assembleia Legislativa formaram um grupo de trabalho conjunto destinado a proceder a uma análise profunda, do ponto de vista técnico, dos procedimentos e dos respectivos objectivos legislativos, e à elaboração dos diversos métodos de resolução das diferentes leis e decretos-leis.
3. As 6 propostas de lei constantes do plano legislativo do ano 2015 estão a ser concretizadas ordenadamente e, por outro lado, o Governo começou já a rever outras leis: relativamente ao Código de Processo Civil começou a consulta ao sector, e sobre o Código Penal, a auscultação pública sobre as disposições referentes aos crimes sexuais será lançada dentro do corrente ano.
4. Para responder às solicitações da população sobre a organização do curso de formação de notários privados, os serviços da área da justiça fizeram uma revisão sobre o regime de notariado privado. Ao mesmo tempo, para aliviar a pressão dos tribunais no tratamento dos processos, distribuir de forma razoável os recursos judiciais e aumentar a eficiência judicial, deram início aos trabalhos preparatórios do planeamento da conciliação familiar. Por outro lado, deram a assistência técnica e administrativa à Comissão de Apoio Judiciário, nos termos do regime geral de apoio judiciário. Até ao momento, mais de 80% dos pedidos foram autorizados pela Comissão, mediante concessão de apoio judiciário.

5. Na base do desenvolvimento contínuo dos trabalhos de generalização do Direito, em 2015 o Governo deu especial ênfase à difusão da Constituição e da Lei Básica, foi definido um plano de trabalho sistemático de longo prazo e organizaram-se actividades de difusão e apresentação com carácter específico, atendendo à especialidade dos diferentes destinatários da divulgação. Para além da realização de palestras nas escolas secundárias e primárias, realizaram-se nas instituições do ensino superior colóquios temáticos com peritos e académicos. Além disso, os serviços da área da justiça criaram o website temático sobre a Constituição da República Popular da China e a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, e publicaram em diferentes jornais artigos sobre a Constituição e a Lei Básica, da autoria de especialistas, com vista a reforçar a divulgação da teoria jurídica.

6. Empenhado na promoção da cooperação internacional e inter-regional, o Governo realizou várias negociações com bom progresso relativas ao Acordo sobre a Entrega Mútua de Infractores em Fuga com o Interior da China, e relativas ao Acordo sobre Entrega de Infractores em Fuga e ao Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal com RAEHK, tendo chegado basicamente a consenso sobre os princípios a adoptar.

No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

1. Melhoram-se constantemente os serviços relativos aos assuntos cívicos e municipais e à qualidade de vida da população, lançando em 2015 o sistema informático de gestão destinado à prestação dos serviços “*one stop*” para o licenciamento dos estabelecimentos de comidas e bebidas.
2. No aspecto da construção das instalações municipais, as obras de reconstrução do antigo Mercado da Ribeira do Patane iniciaram-se em Setembro de 2015, estando a sua conclusão prevista após 3 anos, e as obras de remodelação do Mercado Municipal de S. Lourenço, do Mercado da Horta e Mitra e do Mercado de S. Domingos já foram iniciadas.
3. Ficou concluída a construção do edifício para ossários e depósito de cinzas do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, e já se dispõe de sepultura verde no Cemitério Municipal da Taipa, com vista a promover o conceito de sepultura ecológica em Macau.
4. O Governo empenha-se na segurança alimentar, centrada na fiscalização dos mercados, na execução das leis e em acções educativas e de sensibilização, tendo sido promovida a cooperação entre o Governo, os operadores do sector e os cidadãos, de modo a minimizar os riscos de segurança alimentar em Macau. Em 2015, foram recolhidas do mercado cerca de 2.000 amostras de géneros alimentícios para análise e, tendo em

conta o grau de risco dos alimentos, tem-se alargado gradualmente a monitorização e a inspecção aleatória a uma maior variedade de géneros alimentícios comercializados nos mercados. Foram emitidos dois novos critérios relativos ao “Limite de microrganismos patogénicos em fórmulas infantis para lactentes” e ao “Limite de microrganismos patogénicos nos produtos alimentícios lácteos”, e actualizada a “Lista de substâncias proibidas de usar nos géneros alimentícios”, tendo sido emitidas doze instruções de tratamento relativas à segurança alimentar. Ao mesmo tempo, foi lançado, junto dos operadores do sector, o serviço de alerta com aviso por mensagens para telemóveis; foram optimizadas a página electrónica “Informação sobre Segurança Alimentar” e a aplicação para telemóveis, facilitando deste modo aos cidadãos a consulta das respectivas informações mais actualizadas. Para além disso, foi reforçada a troca de informações através das plataformas de cooperação regional, com vista a elevar a eficiência dos trabalhos de intercâmbio técnico nesta área.

5. No primeiro semestre do ano de 2015, uma consulta sobre a política de “substituição do abastecimento de aves de capoeira vivas por aves refrigeradas” foi realizada junto de académicos, especialistas, operadores do sector em Macau. A consulta pública sobre esta política iniciou-se em Novembro de 2015, com duração de dois meses, sendo o respectivo relatório de conclusão publicado em 2016 para o conhecimento da população de Macau.

6. As acções de melhoramento do embelezamento de arruamentos, de enverdecimento urbano e de aperfeiçoamento das instalações foram lançadas. tendo sido incluídas as obras de arruamento da zona de aterros da Areia Preta e da nova zona urbana da Taipa; alargando e embelezando a zona de lazer junto da Avenida Marginal do Lam Mau e o Campo Polivalente com Anfiteatro da Guia, e foram aperfeiçoados os arranjos e as instalações de arborização do Jardim Central da Taipa. Por outro lado, prosseguiu-se em 2015 com o aperfeiçoamento do sistema de drenagem urbana, particularmente as obras de melhoramento dos esgotos na zona do Norte e na zona urbana da Taipa, bem como a obra de construção da nova estação elevatória de águas residuais na Taipa.
7. O novo par de pandas gigantes oferecido à RAEM por parte do Governo Central começou a ser visitado pelos cidadãos a partir do dia 1 de Junho de 2015.

Na base dos trabalhos realizados em 2015, em 2016 iremos orientar-nos no plano de organização geral para as linhas de acção intrínsecas à racionalização de quadros e simplificação administrativa, ao aperfeiçoamento do sistema jurídico e ao aumento da eficácia da acção governativa face à recente tendência de ajustamento económico, e iremos também aprofundar e melhorar os diversos planos de acção governativa e projectos de trabalho em resposta ao desenvolvimento social e às necessidades reais da população.

No domínio da Administração Pública

Os objectivos da acção governativa em 2016 serão: reforçar a consciência do Estado de Direito, elevando o nível de conhecimentos jurídicos dos funcionários públicos, bem como a administrando rigorosamente segundo a lei; dispor científica e racionalmente as estruturas, as funções e a afectação do pessoal dos serviços; aumentar a capacidade do governo electrónico, economizar os recursos humanos e melhorar a qualidade dos serviços; otimizar o regime de carreiras, reforçando a formação, aumentando a preocupação com os funcionários públicos, e melhorando a moral e a qualidade dos funcionários públicos. O plano abrange:

1. Concretizar a fase inicial do plano de reorganização das estruturas e elaborar o plano de trabalho da 2.ª fase de reestruturação.
2. Efectuar ordenadamente a reestruturação ou integração dos organismos de consulta no âmbito das diferentes áreas políticas, nomeadamente da administração pública, justiça, indústrias comerciais, trânsito, cultura, serviços sociais e cuidados médicos. Iremos concretizar continuamente os regimes sobre o mandato e a acumulação de funções dos seus membros e rever o funcionamento dos organismos de consulta e dos mecanismos de consulta política.

3. Impulsionar o trabalho de estudo para a preparação da instalação de órgãos municipais sem poder político, estando prevista a formação, no segundo semestre de 2016, de uma sugestão preliminar que irá ser objecto de uma consulta pública para auscultar as opiniões dos diversos sectores da sociedade.
4. Promover as acções relativas aos serviços electrónicos, cumprir escrupulosamente o estipulado no Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM 2015–2019, implementando e executando os projectos de acordo com o calendário aí definido. Optimizar os circuitos e serviços interdepartamentais através da criação da Plataforma de Uniformização da Gestão e de Troca de Documentos Electrónicos, da plataforma de gestão dos serviços públicos; optimizar gradualmente cerca de 45 procedimentos interdepartamentais relativos aos licenciamentos/licenças administrativas nas várias áreas, sendo, numa fase inicial de 2016, aperfeiçoados 18 circuitos interdepartamentais com vista a reforçar a cooperação entre os serviços públicos e a regulamentação dos circuitos e elevar a eficiência.
5. Desenvolver em simultâneo o processo de reforma do regime da função pública, em que, por um lado, a reforma é processada a partir da escolha prioritária das partes do regime com maior autonomia, e, por outro lado, a reforma das partes mais inter-relacionadas ocorrerá simultaneamente, integrada no planeamento global de reforma a partir de 2016 até 2018.

Conforme o recém-revisto regime de recrutamento, selecção e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos, a abertura do concurso obedecerá a um modelo de recrutamento centralizado, liderado pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, com a participação colaborativa do serviço requisitante, tendo em vista simplificar o processo de selecção e elevar a eficiência do recrutamento, e, ao mesmo tempo, tendo em conta a vontade dos candidatos e as necessidades dos serviços requisitantes. Pretendem-se realizar em 2016 três provas de avaliação de competências integradas. Por outro lado, através de meios electrónicos, será simplificado o processo de fiscalização do concurso de acesso

Promover-se-á a revisão total do regime das carreiras, Proceder-se-á à análise e ordenação dos resultados obtidos na consulta sobre as 20 carreiras especiais regulamentadas pelo Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos, apresentando as propostas de revisão necessárias. Nesta base, serão desenvolvidos estudos sobre o regime geral de carreiras, em coordenação com a futura reforma do regime de recrutamento. Ao mesmo tempo, serão revistas as disposições relativas às férias, faltas, horário de trabalho, entre outras, do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, com a apresentação das propostas de melhoramento. Para além disso, será estudada a revisão do actual regime de promoção dos trabalhadores dos serviços públicos, dando início às acções de reforma sobre o actual regime da avaliação dos trabalhadores.

6. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá continuar a abrir diversos cursos de formação para os trabalhadores dos serviços públicos de diversas categorias, por forma a elevar a consciência sobre o Estado do Direito e a capacidade profissional dos funcionários públicos e com vista à consolidação activa da formação jurídica dos funcionários públicos. Será lançado, ao mesmo tempo, o Programa de Aperfeiçoamento de Língua Portuguesa na Área Jurídica.

7. Em 2016, todos os serviços públicos de prestação de serviços externos, serão investigados e apreciados por uma terceira parte independente, de acordo com as suas funções e a natureza dos serviços prestados. No mecanismo de avaliação será integrada formalmente no regime de avaliação do desempenho do pessoal de direcção a apreciação por uma terceira parte. A combinação do desempenho do pessoal de direcção com os resultados da avaliação da execução das políticas e da qualidade do serviço, torna o regime de responsabilização mais científico, justo e operacional.

8. Continuaremos com a prestação de apoio complementar financeiro aos funcionários em caso de necessidade e iremos promover o mecanismo de tratamento das queixas dos funcionários públicos para conciliar as contradições internas, fortalecendo a confiança mútua entre os funcionários e os serviços.

No domínio da Justiça

O objectivo da acção governativa de 2016 será: empenhono reforço da construção do sistema jurídico, aperfeiçoando o actual quadro normativo, reforçando a coordenação da elaboração e alteração da legislação, formando uma equipa de alta qualidade e eficiência encarregue da produção legislativa, por formaa elevar o nível global das propostas de lei. O programa concreto inclui:

1. A instituição uma estrutura orgânica de coordenação legislativa, que reúna a definição política, a coordenação, a produção legislativa e a consulta. Na primeira fase, os serviços de área de justiça e dos serviços de implementação das políticas vão formar um grupo de trabalho de produção de diplomas para a elaboração conjunta dos projectos legislativos com uma forte componente política e com um elevado nível técnico. Ao mesmo tempo, irão estabelecer o planeamento legislativo de médio e longo prazo, atendendo às exigências do desenvolvimento da RAEM e das prioridades políticas dos serviços.
2. O Governo irá continuar o reforço da construção do sistema jurídico, no desempenho dos trabalhos legislativos sobre os assuntos relacionados com a vida da população, na base da consulta sobre a revisão do Código de Processo Civil e a alteração das normas sobre os crimes sexuais previstos no Código Penal. Iremos definir o âmbito e o rumo a seguir e elaborar um projecto; procederemos à revisão do actual regime das carreiras de

conservador e de notário, dando início à redacção da proposta de lei para a sua entrada no processo legislativo; para assegurar a necessidade de funcionamento dos órgãos judiciais, o Governo irá proceder à revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária.

3. No aspecto da recensão e adaptação da legislação anteriormente vigente, o grupo de trabalho conjunto constituído pela Assembleia Legislativa e os serviços da área da justiça irá aprofundar a definição de uma solução definitiva sobre a confirmação e forma de processamento dos diplomas tacitamente revogados ou caducados. Por outro lado, irá concluir os trabalhos de confirmação das leis e decretos-leis que se encontram vigentes segundo os procedimentos definidos.
4. Para preparar o lançamento do programa “conciliação familiar”, em 2016 iremos promover a sua do programa, acompanhando a revisão do Código do Processo Civil.
5. O Governo irá continuar a colaborar com os organismos da sociedade civil para lançar um conjunto de actividades de divulgação da Constituição e da Lei Básica, nomeadamente, aos jovens e estudantes do ensino superior através de formas variadas e vivas, para reforçar a compreensão correcta do princípio “um país, dois sistemas”.

6. Iremos aperfeiçoar as acções de divulgação da legislação eleitoral edaremos início aos estudos sobre a revisão da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo e da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa. Planeamos a realização de uma campanha de auscultação da opinião pública no primeiro trimestre de 2016.

7. Com vista a aumentar a eficiência judicial, iremos continuar a responder activamente às solicitações dos órgãos judiciais em matéria de formação de pessoal, dando prioridade à formação para efeitos de ingresso na magistratura e sua formação contínua, bem como acções de formação fundamentais de ingresso e acesso para oficiais de justiça.

8. Iremos promover as cooperações judiciárias internacionais e regionais, trabalhando para assinar acordo sobre a entrega de infractores em fuga com o Interior da China, e o Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga e o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal com o Governo de Hong Kong, O Governo irá encetar negociações com outros países, tendo por base o acordo-tipo sobre a transferência de pessoas condenadas e a cooperação judiciária em matéria cível e comercial aprovado pelo Governo Popular Central, dando prioridade às negociações com os países lusófonos.

No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

Os objectivos da acção governativa nesta área serão: reforçar a construção e a gestão dos equipamentos municipais, aperfeiçoar as acções de saneamento urbano e criação de espaços verdes e empenho na transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer; reforçar a fiscalização da higiene alimentar e garantir a segurança dos géneros alimentícios. O programa concreto inclui o seguinte:

1. Com vista a elevar a qualidade dos serviços municipais, iremos instalar um posto de prestação de serviços no Fai Chi Kei e um centro de actividades para residentes em Seak Pai Van, alargando gradualmente os serviços das diversas áreas que são prestados no Centro de Serviços da RAEM, mas através do IACM, até aos diversos Centros de Prestação de Serviços ao Público situados nas diversas zonas da cidade. Será lançado, por outro lado, o serviço de declaração dos preços cobrados “online” para os serviços de licenciamento de estabelecimentos de comidas e bebidas.

Iremos otimizar as infra-estruturas dos mercados municipais, para além de acelerar as obras de reconstrução do Mercado da Ribeira do Patane. Do mesmo modo, iremos proceder às obras de melhoramento ambiental do Mercado de S. Domingos, do Mercado Vermelho e do Mercado da Horta e Mitra. As obras de construção do novo mercado de

abastecimento localizado na área de Macau do parque de cooperação transfronteiriço Zhuhai-Macau estarão previsivelmente concluídas em 2016.

2. Continuaremos a considerar a prevenção como o objectivo prioritário das acções de segurança alimentar. O Centro de Segurança Alimentar irá continuar a aperfeiçoar as acções relativas à inspecção, exame e análise, e à execução da lei. Pretendemos concluir a definição de quatro critérios. Promoveremos, por outro lado, a sensibilização para a cooperação entre o Governo, os sectores e os cidadãos, reforçando a divulgação da segurança alimentar junto do sector e do público. Iremos continuar a reforçar a circulação das informações e o intercâmbio técnico através das interacções regionais na área.

3. Em articulação com o posicionamento de Macau, enquanto centro de turismo e lazer a nível mundial, iremos continuar a realização de embelezamento da cidade e a melhorar as condições higiénicas urbanas, com vista a consolidar a imagem de Macau como cidade turística.

Exmo. Sr. Presidente,

Senhores Deputados,

No próximo ano, face ao rápido desenvolvimento social e à mudança das condições económicas bem como as exigências cada vez mais elevadas dos cidadãos, a nossa equipa irá acelerar com firmeza a promoção da construção de um governo íntegro e eficiente, com coragem de assumir a responsabilidade e espírito pragmático, e irá continuar a empenhar-se no bom desempenho para a comunicação e a cooperação com os sectores da sociedade, tomando conhecimento oportuno e exacto da realidade da sociedade e da opinião pública, no sentido de nos dedicarmos ao bem-estar geral da RAEM e à construção de uma melhor sociedade.

Obrigada a todos!